



## CONVITE CONSULTA PRÉVIA

### **Fornecimento de Gás Natural – por lotes - ao abrigo do Acordo-Quadro, celebrado pela Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa (CIMTS)**

Anúncio publicado: nº 8349/2022, Diário da República n.º 127, IIª  
Série, de 04 de julho de 2022 e JOUE nº 2022/S 127-360754 de 05  
de julho de 2022.

#### **Cocontratantes:**

EDP COMERCIAL – Comercialização de Energia, S.A.

Endesa Energia SA - Sucursal Portugal

GOLD ENERGY – Comercializadora de Energia, S.A

Petrogal S.A.

**Ref.ª. 151/F/2024**

**Processo n.º 2024/300.10.005/936**

CPV: 09120000

**CONVITE PARA PROCEDIMENTO POR CONSULTA PRÉVIA** (nos termos do artigo 259.º do Decreto-lei nº 111-B/2017, de 31 de agosto, (doravante CCP) na sua redação atual, aplicando-se-lhe, em tudo o que não estiver especialmente regulado, as disposições do caderno de encargos do referido Acordo Quadro.)

**Fornecimento de Gás Natural – por lotes**, nos termos do artigo 259.º do Código dos Contratos Públicos, efetuada por consulta a todas as entidades fornecedoras qualificadas no acordo quadro, lote 1 – Gás natural canalizado, celebrado pela Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa (CIMTS), anúncio publicado nº 8349/2022, Diário da República n.º 127, IIª Série, de 04 de julho de 2022 e JOUE nº 2022/S 127-360754 de 05 de junho de 2022.

- a) A entidade adjudicante é a Câmara Municipal de Paços de Ferreira, Praça da República, nº 46, 4590-527, Paços de Ferreira.
- b) A decisão de contratar cabe ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Humberto Brito, em matéria de realização de despesa, contratação pública e conexas, que lhe são próprias, nos termos do artigo 35.º, n.º 1, alínea f) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em articulação com o disposto no artigo 18.º, n.º 1, alínea b) do Decreto-Lei n.º 197/99, de oito de junho, mantido em vigor pelo artigo 14.º, n.º 1, alínea f) do DL n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual.
- c) O procedimento por consulta prévia de acordo com a **alínea b) do nº 1, do artigo nº 252 do CCP**.
- d) Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso são prestados pelo Júri nomeado para o efeito.
- e) Podem apresentar propostas as entidades qualificadas ao abrigo do acordo-quadro.
- f) Os documentos que constituem a proposta são, de acordo com o nº 1 do artigo 57ª do CCP, os seguintes:
  - I) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborado em conformidade com o modelo constante do **Anexo I**;
  - II) Proposta de preço, que não deva incluir o IVA, é indicado em algarismos e por extenso, de acordo com modelo do **Anexo III**.
  - III) Proposta de **preços máximos unitários, sem IVA, indicados até à quarta casa decimal**, a praticar no âmbito do presente concurso, e em respeito pelos requisitos técnicos mínimos constantes do caderno de encargos, utilizando o **Anexo II**;



g) A proposta deverá ser apresentada até **às 23:59h do 6.º dia após o envio do presente convite.**

h) 1 - Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa e apresentadas diretamente em plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante (ACINGOV), através de meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.

2 - A receção da proposta é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.

3 - Quando, pela sua natureza, qualquer documento dos que constituem a proposta não possa ser apresentado nos termos do disposto no nº 1, deve ser encerrado em invólucro opaco e fechado:

3.1) No rosto do qual se deve indicar a designação do procedimento e da entidade adjudicante;

3.2) Que deve ser entregue diretamente ou enviado por correio registado à entidade adjudicante, devendo, em qualquer caso, a respetiva receção ocorrer dentro do prazo fixado para a apresentação das propostas;

3.3) Cuja receção deve ser registada por referência à respetiva data e hora.

i) - O preço base é de **€ 658.398,38 (seiscentos e cinquenta e oito mil trezentos e noventa e oito euros e trinta e oito cêntimos)**, a acrescentar IVA a taxa legal em vigor, divididos por dois lotes, sendo eles:

<b>Lote 1</b>	<b>€ 28.212,50 (vinte e oito mil duzentos e doze euros e cinquenta cêntimos)</b>
<b>Lote 2</b>	<b>€ 630.185,88 (seiscentos e trinta mil cento e oitenta e cinco euros e oitenta e oito cêntimos)</b>

j) - As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

k) - 1) O critério de adjudicação é a da proposta **economicamente mais vantajosa cujo único fator é o preço de valor mais baixo**, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP.

-2) Em caso de empate entre duas ou mais propostas será realizado sorteio.

-3) Para efeitos do disposto no número 1, serão consideradas as tarifas de acesso às redes, as quais são definidas anualmente por despacho governamental, definidos pela entidade reguladora e outras taxas e impostos, excluindo o IVA a taxa legal em vigor.



l) Para garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações, o adjudicatário deve prestar uma caução no valor de **5% do PREÇO CONTRATUAL**, quando o mesmo for igual ou superior a € 200.000,00 (duzentos mil euros).

m) Modo de prestação da caução:

1 – As cauções podem ser prestadas por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, ou mediante garantia bancária ou seguro-caução, conforme escolha do adjudicatário.

2 – O depósito de dinheiro ou títulos efetua-se numa instituição de crédito, à ordem da Câmara Municipal de Paços de Ferreira, indicando-se o fim a que se destina.

3 – Quando o depósito for efetuado em títulos, estes devem ser avaliados pelo respetivo valor nominal, salvo se, nos últimos três meses, a média da cotação na Bolsa de Valores de Lisboa ficar abaixo do par, caso em que a avaliação deve ser feita em 90% dessa média.

4 – Se o adjudicatário prestar a caução mediante garantia bancária, deve apresentar um documento pelo qual um estabelecimento bancário legalmente autorizado assegure, até ao limite do valor da caução, o imediato pagamento de quaisquer importâncias exigidas pela entidade adjudicante em virtude do incumprimento das obrigações por parte do adjudicatário.

5 – Tratando-se de seguro-caução, o adjudicatário deve apresentar apólice pela qual uma entidade legalmente autorizada a realizar esse seguro assuma, até ao limite do valor da caução, o encargo de satisfazer de imediato quaisquer importâncias exigidas pela entidade adjudicante, em virtude de incumprimento das obrigações.

6 – Das condições da garantia bancária ou da apólice de seguro-caução não pode, em caso algum, resultar uma diminuição das garantias da entidade adjudicante, nos moldes em que são asseguradas pelas outras formas admitidas, de prestação da caução, ainda que não tenha sido pago o respetivo prémio.

7 – Todas as despesas derivadas da prestação das cauções são da responsabilidade do adjudicatário.

n) Documentos de habilitação a prestar pelo adjudicatário para formação de contrato a serem apresentados, nos termos do artigo 83.º do CCP, através da plataforma eletrónica:

I) Declaração emitida conforme modelo constante do **anexo II** do CCP;



II) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas **alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do CCP;**

III) **Documento comprovativo de Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE)** - Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto - ou o respetivo código de acesso (O preenchimento da declaração do RCBE é feito através do site <https://rcbe.justica.gov.pt/>).

- o) 1) O adjudicatário **dispõe de 5 dias** úteis após a respetiva notificação para apresentar os documentos de habilitação a que alude o artigo 81.º do CCP.
- 2) É igualmente de **3 dias úteis** o prazo concedido para a supressão de eventuais irregularidades dos documentos apresentados.

As peças do concurso são disponibilizadas em plataforma eletrónica ACINGOV.

**Designação do serviço da Entidade Adjudicante:**

Câmara Municipal de Paços de Ferreira Endereço  
Praça da República, n.º 46  
Código Postal: 4590 527  
Localidade: Paços de Ferreira  
Telefone: 255860700  
Fax: 255861995  
Endereço Eletrónico: [geral@cm-pacosdeferreira.pt](mailto:geral@cm-pacosdeferreira.pt)

O Presidente da Câmara Municipal

(Humberto Fernando Leão Pacheco de Brito)

## ANEXO I

### MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a) ...

b) ...

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra -ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e j) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra -ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas colectivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».



(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas *b)*, *c)* e *d)* do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º ou na subalínea i) das alíneas *b)* ou alínea *c)* do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável.

(4) Nos termos do disposto n.º 4 e 5 do artigo 57.º

## **ANEXO II**

Proposta de preços unitários (Documento em formato Excel);



## ANEXO III

### PROPOSTA

(MODELO DE PROPOSTA PARA APRESENTAÇÃO DE PREÇO)

.....indicar nome, estado, profissão e morada, ou firma e sede, número fiscal).....depois de ter tomado conhecimento da V. Circular Convite nº....., de ...../...../....., para apresentação de proposta referente à....., obriga-se a executar todos os trabalhos que constituem o estipulado no respetivo Convite e Caderno de encargos, no prazo de ..... dias, em conformidade com os documentos patenteados no processo, pelo preço global de € ..... (por algarismos e por extenso), conforme esta proposta. À quantia atrás referida acrescentará o IVA à taxa legal em vigor.

Mais declara(m) que renuncia(m) a foro especial e se submete(m) em tudo o que respeitar à execução do seu contrato, ao que se achar descrito na legislação portuguesa em vigor.

Data ...

Assinatura ...





## ANEXO IV - Modelo de guia de depósito bancário

Euros \_\_\_\_\_ €

Vai (a) \_\_\_\_\_, com sede em \_\_\_\_\_ depositar na \_\_\_\_\_ (b) do Banco \_\_\_\_\_ a quantia de \_\_\_\_\_ (c), em dinheiro/em títulos \_\_\_\_\_ (eliminar o que não interessar), como caução exigida para a adjudicação do (d) \_\_\_\_\_, nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos. Este depósito, sem reservas, fica à ordem do Município de Paços de Ferreira, a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

(e) \_\_\_\_\_ em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.  
\_\_\_\_\_

(a) Identificação do adjudicatário



- (b) Sede, filial, agência ou delegação do Banco)
- (c) Quantia em algarismos e por extenso
- (d) Designação do procedimento
- (e) Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)

## ANEXO V - Modelo de declaração de Garantia

Ao Município de Paços de Ferreira

O \_\_\_\_\_ (Banco), com sede em \_\_\_\_\_ (morada), com o capital social de \_\_\_\_\_ (capital social), pessoa coletiva número \_\_\_\_\_ (número de identificação de pessoa coletiva), representado por \_\_\_\_\_ (representante(s) e respetiva(s) identificação(ões)), vem prestar, por conta e a pedido de \_\_\_\_\_ (nome do adjudicatário), com sede em \_\_\_\_\_ (morada), na qualidade de adjudicatário do Concurso Público para a "\_\_\_\_\_", promovido pelo Município de Paços de Ferreira, garantia bancária autónoma, irrevogável, incondicional e à primeira solicitação, a favor do Município de Paços de Ferreira, até ao valor de \_\_\_\_\_ Euros (repetir por extenso), em caução do bom e pontual cumprimento por aquele das obrigações decorrentes da celebração do contrato a que se refere aquele Concurso.

Em consequência, este Banco constitui-se devedor e principal pagador em dinheiro, ao Município de Paços de Ferreira, até àquele valor, sem quaisquer reservas, e para todos os efeitos legais, de todas e quaisquer importâncias que lhe venham a ser solicitadas por escrito pelo beneficiário, por uma ou mais vezes, à primeira solicitação e até um limite máximo de 48 horas a contar da solicitação, sem questionar da sua justeza, validade, legalidade ou conformidade com o disposto no processo de concurso, documentos a ele anexos e no contrato, sem possibilidade de alegar qualquer exceção ou meio de defesa contra o Beneficiário que eventualmente pudesse invocar contra o Ordenante, sem possibilidade de recorrer a qualquer benefício de prévia excussão dos bens do Ordenante e sem dependência de qualquer autorização ou concordância do Ordenante.

Quaisquer pagamentos a efetuar por este Banco nos termos da presente Garantia serão processados no prazo máximo acima referido, através de transferência bancária ou qualquer outro meio de pagamento para o efeito especificado na comunicação escrita de solicitação de pagamento que seja efetuada pelo Beneficiário.

Esta garantia é de € \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_ euros), e só será cancelada quando o Beneficiário nos comunicar por escrito que cessaram todas as obrigações do caucionado, decorrentes do acima especificado, o que deverá ser feito de acordo com o estabelecido no contrato a celebrar na sequência do referido Concurso.

Caso alguma das disposições da presente Garantia se torne ou venha a ser julgada nula, ilegal ou por qualquer forma inválida, tal nulidade, ilegalidade ou invalidade não afetará a validade e vigência das restantes disposições, com as adaptações que se revelarem necessárias.

... (local), .... (data)

Assinatura: ...

## **ANEXO VI - Modelo de Seguro-Caução**

A \_\_\_\_\_ (companhia de seguros), com sede em \_\_\_\_\_ (morada) presta a favor do Município de Paços de Ferreira, e ao abrigo de contrato de seguro-caução celebrado com \_\_\_\_\_ (tomador de seguro), garantia à primeira solicitação no valor de \_\_\_\_\_ correspondente à caução prevista no Programa de Concurso, destinada a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que \_\_\_\_\_ (adjudicatário), com sede \_\_\_\_\_ (morada), assumirá no contrato que, na sequência do respetivo Concurso Público, com ele o Município de Paços de Ferreira para \_\_\_\_\_ (nome do concurso público)" e é regulado nos termos da legislação portuguesa aplicável.

A companhia de seguros obriga-se a pagar aquela quantia nos 5 (cinco) dias úteis seguintes à primeira solicitação do Município de Paços de Ferreira, sem que este tenha de justificar o pedido e sem que a primeira pessoa possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que \_\_\_\_\_ (o adjudicatário) assume com a celebração do respetivo contrato.

A companhia de seguros não pode opor ao Município de Paços de Ferreira quaisquer exceções relativas ao contrato de seguro-caução celebrado com o tomador do seguro ou relativas ao contrato celebrado entre o Município de Paços de Ferreira e o tomador do seguro.

Caso alguma das disposições do presente seguro-caução se torne ou venha a ser julgada nula, ilegal ou por qualquer forma inválida, tal nulidade, ilegalidade ou invalidade não afetará a validade e vigência das restantes disposições, com as adaptações que se revelarem necessárias.

O presente seguro-caução, à primeira solicitação, não pode em qualquer circunstância ser revogado ou denunciado, mantendo-se em vigor até à sua liberação, nos termos do contrato e da legislação aplicável.

... (local), .... (data)

Assinatura: ...



*Câmara Municipal  
Paços de Ferreira*

